



Escola de Administração Fazendária

Ministério do Trabalho e Emprego

Concurso Público 2006

Cargo: Auditor-Fiscal do Trabalho

Prova Objetiva 2

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir”.
- 4 - DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

DIREITO DO TRABALHO

01- Acerca do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) O grupo econômico é considerado empregador único, por isso não é possível o reconhecimento da coexistência de mais de um contrato de trabalho, mesmo em havendo ajuste em contrário, quando, na mesma jornada, o empregado prestar serviços para mais de uma empresa dele integrante.
- b) Considerando o regime próprio a que é submetido o policial militar, mesmo que preenchidos os requisitos legais, não é viável o reconhecimento de vínculo de emprego com empresa privada, especialmente porque a concomitância de prestação de serviços pode dar ensejo a certa penalidade disciplinar.
- c) Independentemente da permanência dos traços concernentes à subordinação jurídica, o empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o contrato de trabalho suspenso, motivo pelo qual não há cômputo do período em questão como tempo de serviço.
- d) Desde que presentes os requisitos da personalidade, onerosidade, habitualidade e da subordinação jurídica, necessário se torna o reconhecimento da existência de vínculo de emprego em relação àquele que é nomeado para o exercício das funções de oficial de justiça "ad hoc".
- e) As anotações apostas na Carteira de Trabalho e Previdência Social pelo empregador-contratante gozam de presunção relativa de veracidade.

02- Assinale a opção correta.

- a) A figura sucessória trabalhista faz operar a imediata e automática assunção dos contratos trabalhistas pelo novo empregador, então, o novo titular passa a responder pelas repercussões presentes e futuras dos contratos de trabalho transferidos, ressalvando-se, porém, as passadas, cujas hipóteses tenham-se consolidado ao tempo em que se fazia presente o antigo titular do empreendimento.
- b) Como os médicos e os engenheiros pertencem a categorias diferenciadas, têm direito à jornada reduzida, respectivamente, de quatro e seis horas diárias.
- c) Para fins de equiparação salarial, é necessário aferir entre empregado e paradigma o exercício de idêntica função, com o desempenho das mesmas tarefas, independentemente da igualdade na nomenclatura dos respectivos cargos.
- d) É ônus que decorre de obrigação legal a manutenção, pelo empregador que tem mais de dez empregados em seus quadros, de registros dos horários trabalhados, não sendo viável a pré-assinalação do intervalo.
- e) O empregado exercente de cargo de confiança está excluído das regras pertinentes ao cômputo e pagamento de horas extras, mesmo quando submetido a rigoroso controle de horário.

03- O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno:

- a) Será computado na jornada de trabalho quando o local não for servido de transporte público e o empregador fornecer a condução.
- b) Será computado na jornada de trabalho quando o local for de difícil acesso e o empregado se deslocar por meios próprios.
- c) Será computado na jornada de trabalho, salvo quando o empregador fornecer a condução.
- d) Será devido como hora extra *in itinere*.
- e) Será computado na jornada de trabalho dependendo do meio de transporte utilizado.

04- Quanto ao intervalo intrajornada, é correto afirmar que:

- a) os digitadores estão sujeitos ao regime legal de intervalo de 10 minutos de descanso a cada 90 de trabalho consecutivo, não computado na jornada de trabalho.
- b) os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, constituem benefício adicional e não são computados na jornada diária.
- c) o intervalo intrajornada legal não pode ser suprimido por cláusula de convenção coletiva.
- d) o intervalo intrajornada legal do bancário, de 15 minutos, é computado na jornada de trabalho.
- e) o intervalo intrajornada legal não pode ser ampliado por cláusula de convenção coletiva.

05- Quanto ao turno ininterrupto de revezamento, é correto afirmar que:

- a) o turno de revezamento tem adoção restrita aos petroleiros.
- b) a adoção de turno ininterrupto de revezamento na empresa depende de negociação coletiva.
- c) o intervalo intrajornada descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento.
- d) o intervalo para descanso semanal descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento.
- e) mediante negociação coletiva, é válida a fixação de jornada superior a seis horas para turno ininterrupto de revezamento.

06- No que diz respeito à disciplina normativa e ao entendimento jurisprudencial sobre a remuneração, é correto afirmar:

- a) A mora salarial contumaz pode dar ensejo à rescisão indireta do contrato de trabalho, mas pode ser elidida com o pagamento dos atrasados realizado na primeira audiência designada em processo trabalhista.
- b) O chamado salário complessivo é admissível no caso em que haja consentimento inequívoco do empregado.
- c) O salário-família tem natureza previdenciária e é devido aos trabalhadores rurais desde que haja previsão contratual ou convencional a esse respeito.
- d) O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
- e) O vale-refeição, fornecido para o trabalho, tem caráter salarial e integra a remuneração do trabalhador, gerando reflexos, entre outras parcelas, em repouso semanais remunerados, horas extras, férias, aviso prévio, FGTS e gratificação natalina.

07- Quanto à jornada de trabalho, é correto afirmar que:

- a) as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários, não são computadas como jornada extraordinária.
- b) o chefe de departamento que recebe gratificação de função de 30% sobre o salário efetivo está excluído do regime legal de duração do trabalho.
- c) para apuração da jornada de trabalho do menor somam-se as horas de trabalho nos diferentes empregos que tiver.
- d) o registro de ponto manual, mecânico ou eletrônico é obrigatório em todos os estabelecimentos.
- e) a lei não autoriza prorrogação de trabalho noturno.

08- Relativamente às férias, é correto afirmar que:

- a) a obtenção da média de comissões que integram a remuneração do trabalhador prescinde da correção monetária.
- b) durante o período correspondente, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.
- c) mesmo que indenizadas, devem ser computadas para cálculo do FGTS, o qual observa todo o montante percebido pelo empregado no mês de referência.
- d) rompido o contrato de trabalho, as vencidas devem ser remuneradas de forma indenizada, observando-se a evolução salarial do trabalhador durante o período aquisitivo.
- e) salvo nos casos de demissão por justa causa ou pedido de demissão, são devidas de forma proporcional, com o acréscimo do 1/3 constitucional, mesmo que o pacto não tenha perdurado por período superior a 12 meses.

09- A habitação fornecida pelo empregador rural ao empregado, na fazenda:

- a) integra o salário.
- b) não autoriza desconto salarial pela ocupação.
- c) pode servir de moradia para mais de um empregado e suas famílias.
- d) deverá ser desocupada, de imediato, tão logo rescindido o contrato.
- e) deve atender às condições de salubridade estabelecidas em normas expedidas pela autoridade administrativa.

10- Acerca do contrato de trabalho, marque a opção correta.

- a) Por ser de natureza institucional, a presunção é a de que o contrato de trabalho tenha duração por prazo indeterminado.
- b) O contrato por prazo determinado não pode ser estipulado por prazo superior a 90 dias, salvo situação excepcional expressamente avençada pelas partes acordantes.
- c) O contrato de experiência, como comporta possibilidade de prorrogação, pode ser estipulado inicialmente para perdurar por 90 dias e, com a prorrogação, não poderá extrapolar 180 dias.
- d) A submissão a etapas de avaliação de desempenho é condição legal inerente ao contrato de experiência.
- e) O contrato de experiência, enquanto contrato a prazo determinado, traz, como uma das suas condições essenciais, a inserção em atividade empresarial de caráter transitório.

11- Acerca das hipóteses de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) O afastamento previdenciário por motivo de acidente do trabalho a partir do 16º dia é considerado caso de suspensão do contrato de trabalho, mas o afastamento, também a partir do 16º dia, por motivo de doença, é hipótese de interrupção.
- b) A aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho pelo prazo de cinco anos, após os quais há conversão irretratável em aposentadoria definitiva, causa então motivadora do rompimento do pacto até então suspenso.
- c) Os depósitos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) são devidos no caso de licença por acidente do trabalho, mas apenas até o 15º dia.
- d) De um modo geral, nas interrupções – chamadas de sustações provisórias por alguns – fica atingida apenas a cláusula de prestação obreira de serviços, tanto que persiste a obrigação principal do empregador, consistente no pagamento do salário.
- e) Na suspensão do contrato de trabalho em virtude de doença, que assim se considera a partir do 16º dia de afastamento, como há ampla sustação das recíprocas obrigações contratuais, então não há cômputo do período para fins de contagem do período aquisitivo de férias.

12-O trabalhador temporário

- a) equivale ao trabalhador admitido pela tomadora por prazo certo.
- b) deve atender à necessidade transitória de substituição do pessoal regular e permanente de certa tomadora ou ao acréscimo extraordinário de serviços.
- c) pode permanecer como tal, prestando serviços para a tomadora na mesma condição, caso o acréscimo extraordinário de serviços resulte patamar rotineiro mais elevado de produção.
- d) pode receber o pagamento devido pela prestação de serviços tanto da empresa de trabalho temporário quanto diretamente do tomador, desde que se documente a quitação.
- e) não é considerado terceirizado porque a relação trabalhista de que participa é bilateral.

13-O adicional de periculosidade

- a) integra a base de cálculo das horas extras.
- b) integra a base de cálculo das horas de sobreaviso, em sendo habitual.
- c) não integra a base de cálculo do adicional noturno porquanto inviável a sobreposição de adicionais.
- d) não pode ter o percentual legalmente estabelecido reduzido por acordos ou convenções coletivos de trabalho.
- e) é devido de forma proporcional, em se tratando de exposição intermitente, no caso dos eletricitários.

14- Constitui desconto salarial ilícito:

- a) o ressarcimento de dano decorrente de dolo do empregado.
- b) o adiantamento salarial.
- c) o pagamento de empréstimo concedido por instituição financeira, previsto em contrato.
- d) o ressarcimento de dano decorrente de culpa do empregado, previsto em contrato.
- e) o uniforme de trabalho.

15- No que concerne ao adimplemento da remuneração devida ao empregado, assinale a opção correta.

- a) Em caso de trabalhador analfabeto deverá constar no recibo correspondente a assinatura de testemunhas que presenciaram a prática do ato.
- b) Com o rompimento contratual cessa o direito à percepção das comissões.
- c) A abertura de conta bancária, pelo empregador, em nome do empregado, para pagamento de salário, não depende do consentimento deste último.
- d) O pagamento de comissões, em transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível proporcionalmente à respectiva liquidação.
- e) Como regra geral, é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, ressalvando-se, entre outras exceções, a contribuição associativa de empregado não filiado.

16-O depósito em conta de FGTS é dispensado no caso de:

- a) Licença maternidade.
- b) Prestação de serviço militar.
- c) Licença para tratamento de saúde a partir do 15º dia.
- d) Ausência ao trabalho sem desconto salarial.
- e) Licença por acidente de trabalho.

17- Marque a opção incorreta sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- a) Trata-se de instituto formado por recolhimentos pecuniários mensais, depositados em conta vinculada, sendo parcela de natureza imperativa em relação a todo trabalhador que mantenha vínculo de natureza empregatícia. A responsabilidade é do empregador.
- b) Trata-se de parcela imperativa mesmo em relação a determinado profissional que não mantém vínculo de natureza empregatícia com o tomador de serviços, qual seja, o trabalhador avulso.
- c) Mesmo no caso de contrato nulo, efetivado pela Administração Pública sem concurso público, há reconhecimento do direito aos valores referentes aos depósitos do FGTS do período trabalhado.
- d) Embora se reconheça a incidência da prescrição trintenária para se reclamar contra o não-recolhimento obrigatório, por força de previsão constitucional, há necessidade de se respeitar o prazo máximo de dois anos após o término do contrato de trabalho.
- e) Há incidência também sobre o aviso prévio, mesmo que indenizado.

18-O benefício do seguro-desemprego

- a) também tem por finalidade prover a assistência financeira temporária ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, sendo que tal previsão legal não constava no texto originário que regula tal programa.
- b) será equivalente, considerando o mínimo e o máximo de três a seis parcelas, respectivamente, ao salário mínimo vigente, quando visar a prover a assistência financeira ao trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.
- c) não é devido aos que percebam qualquer benefício previdenciário, porquanto não deve servir de **plus** remuneratório.
- d) poderá ser convertido em indenização do equivalente em dinheiro, cujo recurso deverá provir do Fundo de Amparo ao Trabalhador, caso o empregador não forneça as guias necessárias e o trabalhador comprove perante o órgão competente sua situação de desemprego, além do preenchimento dos demais requisitos legais.
- e) poderá ser usufruído pelos herdeiros ou sucessores do segurado, caso a morte deste último sobrevenha quando em curso o recebimento das parcelas reconhecidas como devidas.

19- Quanto ao trabalho do adolescente, é correto afirmar que:

- a) é proibido qualquer trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- b) é proibido o trabalho noturno de menor de dezoito anos.
- c) o contrato de aprendizagem não pode ser firmado com maior de dezoito anos.
- d) o contrato de estágio de estudante é modalidade empregatícia.
- e) o estágio curricular não poderá ter duração superior a um semestre letivo.

20- Quanto à prescrição nas relações de trabalho, é correto afirmar que:

- a) os créditos trabalhistas prescrevem no prazo de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) os créditos trabalhistas do empregado rural não prescrevem no curso do contrato.
- c) a pretensão de anotação da carteira de trabalho para fins de prova junto à Previdência Social prescreve no prazo de dois anos após a admissão do empregado.
- d) a equiparação salarial não está sujeita à prescrição parcial.
- e) contra menores de dezoito anos não corre nenhum prazo de prescrição.

21-A rescisão contratual do empregado:

- a) deve ser paga perante o sindicato independente do tempo de serviço do empregado.
- b) deverá ter o pagamento efetuado em dinheiro quando o empregado for analfabeto.
- c) terá assistência, indistintamente, do Sindicato da categoria profissional, da Delegacia Regional do Trabalho ou do Ministério Público.
- d) será documentada em termo de rescisão de ampla quitação.
- e) deverá ter o pagamento efetuado até o primeiro dia útil após a projeção do aviso prévio indenizado.

22- Acerca dos princípios de proteção ao salário, assinale a única opção correta.

- a) A irredutibilidade assegura a percepção, pelo empregado, do salário real ao longo do contrato, tratando-se, por isso, de garantia da sua substancial suficiência.
- b) A vedação constitucional de vinculação do salário mínimo alcança preceito de norma coletiva autônoma que não poderá prever piso salarial traduzido em certo montante de salários mínimos.
- c) A redução salarial prevista por meio de negociação sindical coletiva prescinde de motivação, pelo que independe deste ou daquele fato ou circunstância.
- d) O respeito à periodicidade máxima para pagamento do salário, que é de um mês, estende-se a outras parcelas salariais que componham a remuneração do empregado, incluindo-se as comissões e as gratificações.
- e) Considerando o princípio isonômico em matéria salarial, é possível a equiparação entre empregados mesmo que o desnível tenha sido gerado por decisão judicial.

23-A convenção coletiva:

- a) poderá estabelecer a redução salarial.
- b) é o acordo firmado entre sindicato de categoria profissional e uma empresa da correspondente categoria econômica.
- c) poderá ter prazo de vigência indeterminado.
- d) não poderá ser firmada por categoria profissional diferenciada.
- e) dispensa o arquivamento na Delegacia Regional do Trabalho.

24- No contexto do Direito Coletivo do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) o empregador deve observar as vantagens alcançadas pela categoria profissional diferenciada, e que se incorporam aos respectivos contratos de trabalho, mesmo que não signatário do instrumento coletivo correspondente, considerando a prevalência da norma mais benéfica.
- b) no contexto da norma mais favorável, mesmo que sobrevenha legislação versando sobre política salarial, prevalecem os reajustes previstos em norma coletiva anteriormente firmada.
- c) no caso de empregado pertencente a categoria profissional diferenciada, eleito dirigente sindical, a prevalência do direito à estabilidade está condicionada ao exercício na empresa empregadora de atividade pertinente a tal categoria, sob pena de esvaziamento da representatividade que é pertinente a tal garantia de emprego.
- d) a compensação de jornada de trabalho pode ser versada tanto em acordo individual, tácito ou expresso, quanto em instrumento coletivo, porquanto o próprio contrato de trabalho prescinde de forma prescrita em lei.
- e) à vista da prevalência dos acordos e convenções coletivos de trabalho, é possível a redução do período pertinente à estabilidade concedida à empregada gestante, porquanto as cláusulas devem ser interpretadas em seu conjunto, e não isoladamente.

25- Ao definir o regime de greve, a lei considerou serviços ou atividades essenciais, exceto:

- a) telecomunicações.
- b) captação e tratamento de esgoto e lixo.
- c) transporte coletivo.
- d) escolas.
- e) distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.

26- A greve é abusiva quando:

- a) é deflagrada em atividade essencial.
- b) a paralisação permanece, após decisão da Justiça do Trabalho, sem que haja fato novo ou descumprimento de condição.
- c) os grevistas utilizam meios pacíficos tendentes a persuadir trabalhadores a aderirem à greve.
- d) a notificação da entidade patronal ocorrer 96 horas antes da paralisação.
- e) a negociação coletiva for frustrada.

27- Acerca da intermediação de mão-de-obra (terceirização), é correto afirmar que:

- a) caso, numa situação concreta, a terceirização tenha por finalidade evidente o aprimoramento da gestão empresarial e o avanço tecnológico, então é possível que a tomadora, uma instituição de ensino, contrate, por meio de empresa interposta, professores de elevada especialização.
- b) como, no caso das cooperativas, o vínculo entre os participantes é de caráter associativo, e, portanto, voluntário, detêm a qualidade de autônomos; por isso, é possível a contratação, por instituição financeira, de analista de crédito, que realiza precipuamente atribuições de cobrança, por meio de cooperativa de trabalho.
- c) considerando que, por força de previsão expressa no Texto Constitucional, a contratação de empregados públicos depende de prévia aprovação em concurso público, então a responsabilidade subsidiária do ente público em caso de terceirização de certos serviços se restringe ao número de horas trabalhadas pelo prestador e ao FGTS eventualmente pendente.
- d) em se tratando de intermediação de mão-de-obra, viável no caso de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, não se forma vínculo de emprego diretamente entre o trabalhador e o tomador, mesmo quando presentes os requisitos da personalidade e da subordinação jurídica, uma vez que o empregador é a pessoa jurídica interposta.
- e) A responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, mesmo no caso de órgãos da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, prevalece, ainda que seja o caso de intermediação lícita de mão-de-obra, se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.

28- Quanto ao processo de aplicação de multa administrativa, é correto afirmar que:

- a) o auto de infração lavrado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho tem seu valor probante condicionado à assinatura do infrator.
- b) o prazo para defesa é de 10(dez) dias, quando o autuado reside no mesmo local em que estabelecida a autoridade.
- c) não é admitida a audiência de testemunhas.
- d) o pagamento da multa exime o infrator de outras penalidades.
- e) a admissão do recurso não exige o depósito da multa.

29- Compete ao Auditor-Fiscal do Trabalho, no exercício de suas atribuições, exceto:

- a) lavrar termo de compromisso decorrente de procedimento especial de inspeção.
- b) ministrar orientações, dar informações e conselhos técnicos às pessoas sujeitas à inspeção do trabalho.
- c) exibir a credencial no momento da fiscalização ou após a verificação quando considerar que a identificação prejudicará a eficácia da fiscalização.
- d) observar o critério da dupla visita quando se tratar de estabelecimento que tenha causado embaraço à fiscalização.
- e) apreender, mediante termo, documentos, inclusive quando mantidos em meio magnético ou eletrônico, que constituam prova material de infração.

30- No contexto do Direito Internacional do Trabalho, é correto afirmar acerca das fontes heterônomas:

- a) tanto os tratados quanto as convenções internacionais são documentos obrigacionais firmados por organismo internacional, sendo a adesão a eles, pelos respectivos membros, voluntária.
- b) a recomendação, como emana de ente internacional com a finalidade de promover o aperfeiçoamento normativo dos Estados Soberanos, é considerada fonte formal do Direito do Trabalho.
- c) os tratados e as convenções internacionais, quando praticados os atos de adesão e ratificação interna, devem guardar compatibilidade com a Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) prevalece no âmbito da jurisprudência majoritária o entendimento segundo o qual os tratados e as convenções internacionais que versam sobre direitos sociais trabalhistas, de índole fundamental, após o ato de ratificação interna, possuem natureza infraconstitucional, porém, supralegal.
- e) se houver adesão da República Federativa do Brasil a tratado ou a convenção internacional, é possível que sofra sanções internacionais pela sua inobservância, mas após o processo de ratificação interna.

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

31- Sobre os Poderes do Estado e respectivas funções, sobre eficácia e significado da Constituição e sobre a análise do princípio hierárquico das normas, marque a única opção correta.

- a) Segundo a doutrina mais atualizada, nem todas as normas constitucionais têm natureza de norma jurídica, pois algumas não possuem eficácia positiva direta e imediata.
- b) O exercício da função jurisdicional, uma das funções que integram o poder político do Estado, não é exclusivo do Poder Judiciário.
- c) As normas de aplicabilidade limitada dependem sempre de uma lei que lhes complete a normatividade, de maneira que possam produzir seus efeitos essenciais.
- d) Na concepção materialista de Constituição, é dada relevância ao processo de formação das normas constitucionais, que, além de ser intencional, deve produzir um conjunto sistemático com unidade, coerência e força jurídica próprias, dentro do sistema jurídico do Estado.
- e) A norma geral da União, elaborada no exercício de sua competência legislativa concorrente, é hierarquicamente superior à norma suplementar estadual.

32- Sobre controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, marque a única opção correta.

- a) Em sede de ação direta de inconstitucionalidade é vedada a intervenção de terceiros.
- b) A decisão do Supremo Tribunal Federal que concede liminar em ação declaratória de constitucionalidade não produz efeito vinculante relativamente à administração pública indireta.
- c) É cabível ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra lei do Distrito Federal que discipline assunto de interesse local.
- d) O “princípio da reserva de plenário” impede que o juiz singular declare a inconstitucionalidade de lei em suas decisões.
- e) Segundo a corrente majoritária no Supremo Tribunal Federal, a procedência da ação direta de inconstitucionalidade por omissão possibilita ao Tribunal, de plano, elaborar o ato normativo faltante de maneira a suprir a omissão legislativa.

33-Sobre princípios fundamentais da Constituição Brasileira, marque a única opção correta.

- a) Na República Federativa do Brasil, a União exerce a soberania do Estado brasileiro e se constitui em pessoa jurídica de Direito Público Internacional, a fim de que possa exercer o direito de celebrar tratados, no plano internacional.
- b) A forma republicana não implica a necessidade de legitimidade popular do presidente da República, razão pela qual a periodicidade das eleições não é elemento essencial desse princípio.
- c) Segundo a doutrina, “distinção de funções do poder” e “divisão de poderes” são expressões sinônimas e, no caso brasileiro, é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) A concretização do Estado Democrático de Direito como um Estado de Justiça material contempla a efetiva implementação de um processo de incorporação de todo o povo brasileiro nos mecanismos de controle das decisões.
- e) Na condição de fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana tem seu sentido restrito à defesa e à garantia dos direitos pessoais ou individuais de primeira geração ou dimensão.

34-Dos direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

- a) A redução da jornada de trabalho é vedada expressamente pela Constituição Federal.
- b) Não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político, salvo se esse crime político tiver sido tipificado em tratado internacional.
- c) Decorre da presunção de inocência, consagrada no art. 5º, da Constituição Federal, a impossibilidade de exigência de produção, por parte da defesa, de provas referentes a fatos negativos.
- d) A Constituição Federal assegura que são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e casamento e a certidão de óbito.
- e) Aos tratados sobre direitos humanos, em vigor no plano internacional e interno, a Constituição Federal assegura hierarquia de norma constitucional.

35-Sobre direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação sindical a partir de sua eleição até um ano após o final do mandato.
- b) Não é considerado brasileiro nato o nascido na República Federativa do Brasil, filho de um estrangeiro, a serviço de seu país no Brasil, com uma brasileira.
- c) A Constituição atribui aos portugueses com residência permanente no Brasil os mesmos direitos inerentes ao brasileiro.
- d) Podem concorrer a cargo eletivo todos aqueles a quem a Constituição Federal reconhece capacidade eleitoral ativa.
- e) A inelegibilidade reflexa não se aplica àquele que já é detentor de mandato eletivo e é candidato à reeleição.

36- Sobre a organização do Estado, marque a única opção correta.

- a) Tanto no caso do desmembramento, como no caso de subdivisão de um Estado, para formar novos Estados ou Territórios, a população diretamente interessada, que irá participar do plebiscito convocado pelo Congresso Nacional, é toda a população do Estado.
- b) Embora seja competência da União exercer monopólio estatal sobre a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, são autorizadas, sob regime de permissão, a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas.
- c) A decretação de intervenção da União em um Estado que suspendeu o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação proposta pelo Procurador-Geral da República.
- d) Nos termos da Constituição Federal, os aumentos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores, salvo expressa determinação legal.
- e) Mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, é facultado aos Estados e ao Distrito Federal estabelecer como limite único, para o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.

37-Sobre a organização dos poderes na Constituição Brasileira, marque a única opção correta.

- a) Compete à Câmara dos Deputados aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República, antes do término de seu mandato.
- b) No caso de urgência ou interesse público relevante, compete ao Presidente do Senado Federal em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados decidir pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.
- c) A nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Poder Legislativo, é competência do Presidente da Mesa do Congresso Nacional.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer das reclamações contra órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.
- e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as causas decorrentes da relação de trabalho que venham a ser instauradas entre os entes da administração pública direta e os servidores vinculados a esses entes por típica relação de ordem estatutária.

38-Sobre a seguridade social, marque a única opção correta.

- a) É vedada a fixação de alíquotas diferenciadas para a contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social incidente sobre a folha de salários das empresas, em razão da atividade econômica por ela desenvolvida.
- b) As contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social incidentes sobre a receita ou faturamento da empresa e sobre o importador de bens ou serviços do exterior serão sempre não-cumulativas.
- c) Ao Sistema Único de Saúde compete, nos termos da lei, colaborar na proteção do meio ambiente do trabalho.
- d) A gratificação natalina dos aposentados, a ser paga em dezembro, terá por base o valor médio dos proventos dos últimos doze meses, incluídos no cálculo os abonos e gratificações, ainda que eventuais.
- e) Em razão de emenda ao texto original de 1988, a Constituição determina que lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para todos aqueles que, sem renda própria, se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

ADMINISTRATIVO

39-O regime jurídico-administrativo ampara-se, entre outros, no princípio da supremacia do interesse público. Esse princípio protege o patrimônio público. Desse modo, assinale, no rol abaixo, o único instituto que se aplica, conforme o regime jurídico-administrativo, ao patrimônio público.

- a) desafetação
- b) usucapião
- c) hipoteca
- d) penhora
- e) arresto

40-A doutrina sempre considerou muito complexa a figura das fundações no âmbito da Administração Pública brasileira. Em verdade, foi constante, ao longo dos anos, a evolução dessa espécie organizacional.

No atual estágio, assinale o conceito correto a respeito das diversas categorias dessa entidade.

- a) A fundação pública de direito público tem natureza autárquica e integra a Administração Pública Direta.
- b) A fundação de apoio às instituições federais de ensino superior tem natureza de direito privado e integra a Administração Pública Indireta.
- c) A fundação pública de direito privado vincula-se ao regime jurídico-administrativo e integra a Administração Pública Indireta.
- d) A fundação previdenciária tem personalidade jurídica de direito público e vincula-se ao regime jurídico-administrativo.
- e) A fundação pública de direito privado equipara-se, em sua natureza jurídica, à sociedade de economia mista.

41-Quanto ao serviço público, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) Pela Constituição Federal, no Brasil, só é possível a prestação de serviços públicos de forma indireta.
- b) A permissão e a autorização para a prestação de serviços públicos depende de prévia licitação.
- c) Os serviços públicos, no Brasil, são prestados sob regime jurídico especial, distinto do comum, seja exercido pelo Estado ou por empresas privadas.
- d) Os serviços públicos, quando prestados pelo Poder Público, só podem ser executados por entidades ou órgãos de direito público.
- e) A fórmula do denominado "serviço adequado" não foi positivada pelo direito brasileiro.

42-No âmbito das normas de seguridade social do servidor público, previstas na Lei n. 8.112/90, assinale a hipótese não prevista para concessão de pensão provisória por morte presumida de servidor.

- a) Desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço.
- b) Declaração de ausência, prestada pela autoridade judiciária ou policial competente.
- c) Desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo.
- d) Declaração de ausência, prestada pela autoridade judiciária competente.
- e) Desaparecimento no desempenho de missão de segurança.

43-Entre os meios de controle da Administração Pública destacam-se os instrumentos jurisdicionais. Um deles é a Ação Declaratória de Constitucionalidade, prevista na legislação federal.

Assinale, no rol abaixo, a autoridade ou órgão incompetente para a propositura dessa ação.

- a) O Presidente da República
- b) A Mesa da Câmara dos Deputados
- c) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- d) O Procurador-Geral da República
- e) A Mesa do Senado Federal

44-Conforme a legislação federal sobre o processo administrativo (Lei n. 9.784/99), as sanções a serem aplicadas pela autoridade competente:

- a) terão sempre natureza pecuniária.
- b) podem consistir em obrigação de fazer ou de não fazer.
- c) serão precedidas, se for o caso, pelo direito de defesa.
- d) serão, sempre, obrigações de fazer.
- e) podem ter, excepcionalmente, natureza de privação de liberdade.

45-Não se inclui entre as competências constitucionais da Polícia Federal:

- a) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- b) prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária.
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d) apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas entidades descentralizadas e em cooperação.
- e) apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

DIREITO:

CIVIL

46-Aponte a opção correta.

- a) O costume *contra legem* é o que se forma em sentido contrário ao da lei, mas não seria o caso de *consuetudo abrogatoria*, implicitamente revogatória das disposições legais, nem da *desuetudo*, que produz a não-aplicação da lei, uma vez que a norma legal passa a ser letra morta.
- b) A analogia *juris* estriba-se num conjunto de normas para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar.
- c) Os princípios gerais de direito não são normas de valor genérico, nem orientam a compreensão do direito, em sua aplicação e integração.
- d) São condições para a vigência do costume sua continuidade, diuturnidade e não-obrigatoriedade.
- e) Não há possibilidade de existirem, no ordenamento jurídico, princípios e normas latentes capazes de solucionar situações não previstas, expressamente, pelo legislador.

47-Assinale a opção falsa.

- a) A proteção jurídica dos incapazes realiza-se por meio da representação ou assistência, o que lhes dá segurança, quer em relação a sua pessoa, quer em relação ao seu patrimônio, possibilitando-lhes o exercício de seus direitos.
- b) A morte presumida pode dar-se com ou sem decretação da ausência.
- c) A senilidade, por si só, não é causa de restrição da capacidade de fato, porque não pode ser considerada equivalente a um estado psicopático.
- d) O assento da sentença de interdição no registro de pessoas naturais e a publicação editalícia não são dispensáveis para lhes assegurar eficácia *erga omnes*.
- e) Em relação à menoridade, a incapacidade cessa quando o menor completar 18 anos ou for emancipado.

48-“A” cede uma casa a “B” para que nela resida, enquanto for solteiro. É negócio jurídico que contém:

- a) condição suspensiva
- b) modo ou encargo
- c) condição simplesmente potestativa
- d) condição promiscua
- e) condição resolutiva

49-O empregador ou comitente, por ato lesivo de seus empregados, serviços e prepostos, no exercício de trabalho que lhes competir ou em razão dele,

- a) responsabiliza-se objetivamente pela reparação civil, pouco importando que se demonstre que não concorreu para o prejuízo por culpa ou negligência de sua parte.
- b) responde subjetivamente pelo dano moral e patrimonial.
- c) tem responsabilidade civil objetiva por não existir presunção *juris tantum* de culpa, mas não poderá reaver o que pagou reembolsando-se da soma indenizatória despendida.
- d) tem responsabilidade civil subjetiva por haver presunção *juris tantum* de culpa *in eligendo e in vigilando*.
- e) não tem qualquer obrigação de reparar dano por eles causado a terceiro.

50-A fixação de preço de venda baseada na quantia unitária, computando-se de forma inexata o preço global, autoriza a retificação da declaração volitiva, não anulando o ato, visto que se configurou:

- a) erro quanto ao fim colimado.
- b) dolo accidental.
- c) erro de cálculo.
- d) erro accidental *in qualitate*.
- e) *dolus bonus*.

COMERCIAL

51-A sociedade simples, regida pelas disposições do art. 997 e seguintes do Código Civil – Lei n. 10.406/02 – caracteriza-se por:

- a) permitir combinar sócios que contribuem serviços com os que aportam capitais.
- b) ser modelo geral do instituto jurídico sociedade com finalidade de natureza intelectual.
- c) oferecer normas supletivas para reger as relações externas da sociedade em comum.
- d) garantir a todos os sócios participação nas deliberações sociais.
- e) determinar a completa separação patrimonial entre bens dos sócios e obrigações sociais.

52-A disciplina sociedade limitada, predisposta no Código Civil, a par de ter revogado o Decreto n. 3.708/1919, no que diz respeito aos administradores prevê que:

- a) pode ser destituído, sem motivação, qualquer sócio indicado no instrumento de contrato.
- b) não podem ser destituídos terceiros que, no instrumento de contrato, figurem como delegados de sócios.
- c) o instrumento de contrato não precisa nomear qualquer administrador, providência que será feita sempre por instrumento separado.
- d) não pode ser destituído o liquidante designado no instrumento de contrato.
- e) pode ser destituída qualquer pessoa nomeada administrador por instrumento separado.

53-A responsabilidade dos administradores em qualquer tipo de sociedade empresária tem como pressuposto:

- a) inibir comportamentos ilegais.
- b) garantir credores da sociedade.
- c) incentivar a diligência na tomada de decisões que afetem a sociedade.
- d) fomentar decisões compatíveis com a função social da empresa.
- e) gerar valor para os sócios ou acionistas.

54-As sociedades cooperativas

- a) caracterizam-se por serem de natureza mutualística.
- b) têm capital fixo ou variável.
- c) não têm capital, pois usam os bens dos seus cooperados.
- d) são consideradas sociedades empresárias para todos os fins de direito.
- e) podem operar exclusivamente na atividade agrícola e agropecuária.

55-Se a contabilidade se destina a apurar, periodicamente, mutações patrimoniais, a veracidade da informação contida nos lançamentos contábeis permite:

- a) aos credores avaliarem as operações para a concessão, ou não, de crédito.
- b) demonstrar a responsabilidade social no exercício da atividade.
- c) coibir a transferência de resultados de um centro de imputação para outro.
- d) imputar a administradores os efeitos das decisões administrativas.
- e) comprovar a simulação de operações destinadas a reduzir resultados.

PENAL

56-O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime, responde:

- a) pela prática do crime tentado.
- b) pela prática do crime consumado.
- c) somente pelos atos já praticados.
- d) pelo crime consumado, mas reduzida a pena de um a dois terços em virtude do arrependimento posterior.
- e) pelo crime consumado, sem qualquer redução da pena.

57-Comete o crime de atentado contra a liberdade de associação, previsto no artigo 198 do Código Penal, quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça:

- a) a celebrar contrato de trabalho.
- b) a participar de determinado sindicato.
- c) a não exercer arte, ofício, profissão ou indústria.
- d) a não fornecer a outrem matéria-prima.
- e) a participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho.

58-Constitui crime a seguinte prática discriminatória:

- a) promover o controle de natalidade, com o oferecimento de serviços e aconselhamento ou planejamento familiar por meio de instituição privada submetida às normas do Sistema Único de Saúde.
- b) induzir ou instigar a esterilização do trabalhador.
- c) adotar quaisquer medidas, de iniciativa do empregado, que configure a promoção do controle da natalidade.
- d) exigir teste, exame, perícia ou laudo de saúde para efeito de acesso à relação de emprego.
- e) exigir atestado de gravidez.

59-O funcionário que, sabendo devida a contribuição social, emprega na cobrança meio gravoso que a lei não autoriza, pratica crime de:

- a) corrupção passiva.
- b) prevaricação.
- c) advocacia administrativa.
- d) excesso de exação.
- e) corrupção ativa.

60-O funcionário público que, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a administração fazendária, comete:

- a) crime funcional contra a ordem tributária.
- b) crime de advocacia administrativa.
- c) crime de prevaricação.
- d) crime de peculato.
- e) crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br